

DIVULGAÇÃO



Mary Helena e Chico Mendes tiveram suas obras reconhecidas no exterior

Amiga de Chico Mendes recebe prêmio da ONU

Curitiba e São Paulo — A antropóloga Mary Helena Alegretti, 40 anos, uma das fundadoras do Sindicato dos Seringueiros do Acre e presidente do Instituto de Estudos Amazônicos, recebeu ontem o Prêmio Better Wash Society do Programa das Nações Unidas, que também premiou com o "Global 500" o sindicalista morto em dezembro do ano passado, Chico Mendes. Ela foi homenageada pelo seu trabalho em favor da preservação da floresta amazônica e dos povos da mata descritos no projeto "Atividades econômicas extrativistas e o trabalho escravo".

Gaúcha, divorciada e mãe de Juliano, de 15 anos, Mary Helena lecionou Antropologia na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, até 1978, quando decidiu viajar para o Vale de Juruá, na região de Xapu-

ri, no Acre, para desenvolver sua tese de mestrado pesquisando a atividade extrativista e as condições de trabalho e vida dos seringueiros.

No Acre, ela se apaixonou pelas causas dos seringueiros dando início às suas lutas e alertando a instituições ambientalistas brasileiras, americanas e europeias sobre o risco da devastação da floresta amazônica pelo atual sistema

de extração de borracha.

Embora evite revelar se sofreu ameaça pelos fazendeiros, segundo disse ontem o advogado do instituto, Genésio de Natividade, ela apenas revela que enfrentou situações difíceis e perigosas enquanto viveu no Acre, cerca de oito anos. Segundo Genésio, ela criou o Instituto de Estudos Amazônicos face à dificuldade de divulgar os problemas dos seringueiros.

Milão discute a Amazônia

Milão — A "campanha que estamos organizando não é contra o Governo brasileiro mas sim pela proteção à floresta e aos direitos dos índios", disse Mário Signorino, presidente da organização ecologista italiana "Amigos da Terra", que organiza ontem e hoje em Milão um encontro com

índios brasileiros e seringueiros.

O presidente da entidade diz que sua organização não pretende intervir na soberania brasileira sobre a Amazônia. Ao contrário, que a soberania seja realmente exercida, mediante uma real aplicação das leis.